

AS DIFERENTES FUNÇÕES DESEMPENHADAS PELO INTÉRPRETE EDUCACIONAL

Pedro Henrique Witches¹, UNISINOS
Priscila dos Santos Ebling², UNISINOS
Andréia Santos da Costa³, UNISINOS

Eixo temático: Tradução/interpretação de língua de sinais: identidades em questão

Resumo

Este trabalho é um recorte da pesquisa maior intitulada *Os Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no Rio Grande do Sul (RS)* realizada pelo Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (GIPES/CNPq). A pesquisa visa conhecer as situações linguísticas, de formação e de trabalho dos intérpretes de língua de sinais (ILS) que atuam ou já atuaram em escolas regulares pelo Rio Grande do Sul. Sabe-se que o reconhecimento do ILS pela escola se dá sob bases frágeis, pois nem sempre a instituição tem conhecimento sobre a complexidade do ato de traduzir ou utilizam apenas critérios como o da noção básica na língua para apontar aqueles que denominam como intérpretes. O trabalho tem por objetivo analisar as diferentes funções que os ILS assumem na inclusão escolar de surdos. Para isso, fez-se uso de parte da metodologia da pesquisa maior citada anteriormente: foram utilizadas nove filmagens com intérpretes em atuação na escola regular. As filmagens foram obtidas em distintas regiões do RS visando abranger contextos educacionais distintos. A análise do material está fundamentada em autores dos estudos surdos em educação que se preocupam com o ILS, tais como: Lacerda (2009), Leite (2004), Quadros (2004), entre outros. Foi possível constatar que apenas quatro dos nove ILS filmados conseguem se posicionar como intérpretes educacionais, o que é entendido aqui como aquele profissional que media a comunicação entre surdos e ouvintes na escola; dois dos ILS se posicionam constantemente como professor particular do aluno surdo, afastando-se da atividade tradutória e preocupando-se com o ensinar; dois ILS assumem a posição de cuidadores do aluno surdo, ocupando-se de tutelá-lo e entretê-lo durante o andamento da aula para os demais alunos. Um ILS parece não compreender a sua função, pois não demonstrava

¹ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), bolsista de Mestrado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), licenciado em Ciências Biológicas pela UNISINOS e integrante do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (GIPES/CNPq). E-mail: pwitches@gmail.com

² Graduanda de Licenciatura em Letras - Habilitação Português pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), bolsista de Iniciação Científica (PROBIC/FAPERGS) e integrante do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (GIPES/CNPq). E-mail: priscilaebbling@yahoo.com.br

³ Graduanda de Licenciatura em Letras - Habilitação Português pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), bolsista de Iniciação Científica (UNIBIC) e integrante do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (GIPES/CNPq). E-mail: andreia_costa2004@ig.com.br

saber como se posicionar em sala de aula. Em função desses resultados, percebe-se que a presença do ILS em sala de aula, quando não contemplada na ponderação da escola sobre estratégias de trabalho com alunos surdos ou até mesmo sem se preocupar com a formação continuada desse profissional, resulta em uma carência identificada nas escolas que possuem ILS. Ela pode ser justificada pelo caráter missionário que sustenta parte dos olhares sobre a educação de surdos, bem como a falta de conhecimento pedagógico que contempla a diferença cultural surda e colabora com um não entendimento sobre o trabalho do ILS em sala de aula.

Introdução

A profissão do intérprete de língua de sinais (ILS) foi regulamentada recentemente em nosso país, com a lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010. A partir dessa lei é que esses profissionais estão sendo amparados por questões legais, pois até então eles estavam atuando em diferentes contextos sem terem a sua profissão regulamentada. Cada espaço de atuação exige uma estratégia diferente para a atuação do intérprete, neste trabalho, o interesse é a atuação do intérprete na educação. Sustentado em autores dos Estudos Surdos em Educação que se preocupam com o ILS, este trabalho é um recorte de uma pesquisa maior que visa conhecer as situações linguísticas, de formação e de trabalho ILS que atuam ou já atuaram em escolas regulares pelo Rio Grande do Sul. Compreende-se, com base em Quadros (2004), Leite (2004) e Lacerda (2009), que o ILS que atua no espaço escolar possa ser denominado intérprete educacional. Sendo assim, seu trabalho de tradução está estritamente relacionado ao processo de ensino e aprendizagem, que é uma relação entre professor e aluno. No entanto, sabe-se que traduzir tal processo não é uma tarefa fácil e implica uma série de questões sobre o que é e o que não é responsabilidade do intérprete, pois este profissional está no meio de tal processo e reconfigura uma nova relação: professor – intérprete – aluno – intérprete – professor. Além disso, nem sempre há o conhecimento sobre os critérios para designar o profissional intérprete; muitas vezes sendo apenas critérios como o da noção básica na língua de sinais o utilizado para admissão do ILS na instituição. Nesse sentido, objetivo do recorte de pesquisa aqui apresentado é analisar as diferentes funções que os ILS assumem na inclusão escolar de surdos.

Metodologia

Anteriormente à realização da pesquisa maior *Os Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no Rio Grande do Sul*, o Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (GIPES/CNPq) havia realizado uma grande pesquisa que mapeou a situação escolar e linguística dos alunos surdos pelo Estado. Tal pesquisa obteve um número muito grande de intérpretes de língua de sinais atuando nas escolas regulares, número este apontado pelos próprios gestores das escolas participantes da pesquisa. Ao realizar visitas a essas escolas, o grupo percebeu que muitas pessoas nomeadas como intérpretes eram apenas professores que conheciam sinais básicos da língua de sinais para estabelecer uma comunicação mínima com alunos surdos matriculados nas instituições de ensino regular. Deste modo, justificou-se a necessidade de investigar a situação geral dos ILS no Rio Grande do Sul. A nova grande pesquisa foi dividida em duas etapas: a primeira consistiu em realizar um levantamento do número de intérpretes com formação e reconhecidos pelo Ministério da Educação que estavam atuando em escolas do Rio Grande do Sul, como também mapeou as escolas que afirmaram contar com o trabalho de intérpretes. Aos intérpretes localizados, foi solicitado que respondessem um questionário. No total, foram obtidos 48 questionários por ILS ou por aqueles tidos como ILS em escolas regulares. A segunda etapa metodológica consistiu na visitação às instituições de ensino que contavam com o serviço do ILS. Durante as visitações, mediante autorização em termo de consentimento livre e esclarecido por todos os envolvidos, foram realizadas filmagens do desempenho de intérpretes distribuídos em cinco cidades distribuídas por diferentes regiões do Estado. Para a realização da análise apresentada neste recorte de pesquisa foram utilizadas nove filmagens, que compõem o material obtido a partir da segunda etapa metodológica da pesquisa maior aqui citada. Tratam-se de filmagens com duração de 20 a 30 minutos. Além das filmagens, para garantir uma análise mais ampla, foram utilizadas observações em diário de campo, no qual os pesquisadores que realizaram as visitas registraram suas impressões, acrescentando informações adicionais que aconteciam em sala de aula ao material de pesquisa.

Resultados

Com base no material de pesquisa analisado, foi possível criar quatro categorias que representam as posições nas quais os sujeitos de pesquisa estão enquadrados: intérprete educacional, professor particular, cuidador e sem-posição. Dos nove ILS filmados, apenas quatro se posicionaram como o que se entende por intérprete educacional. Para Lacerda (2009), o intérprete educacional é o profissional que se limita a traduzir conteúdos de uma

língua para outra, atento às questões imbricadas no processo educacional, mas sem correr o risco de assumir o papel do professor. Esses quatro sujeitos de pesquisa encontravam-se em situações em que lhes era possível assumir a condição de intérprete sem transtornos que ultrapassassem a tarefa de traduzir. Dois ILS se posicionaram constantemente como professores particulares do aluno surdo, afastando-se da atividade tradutória e preocupando-se com o ensinar. De acordo com Lacerda (2010, p. 127), “o intérprete não pode ser responsabilizado pela aquisição de conhecimento do aluno”, mas as situações em que tais intérpretes se encontravam favorecia tal responsabilidade, uma vez que parecia haver duas classes em uma mesma sala de aula: uma de alunos surdos, comandada pelo ILS e outra de alunos ouvintes, comandada pelo professor. Outros dois ILS assumiram a posição de cuidadores do aluno surdo, ocupando-se em tutelá-lo e entretê-lo durante o andamento da aula para os demais alunos. Aqui, cabe ressaltar, que em um dos casos a criança surda apresentava traços de autismo, e, em outro caso, deficiência intelectual. Nesses casos, apenas a presença do intérprete não é suficiente, pois a situação exige muito mais do que o ato de interpretar, requer um conjunto de planejamento de trabalho para se atender tais alunos. Um ILS parecia não compreender a sua função na sala de aula, pois demonstrava não saber como se posicionar perante a situação em que se encontrava. Neste caso, o intérprete muitas vezes ficava de costas para os alunos surdos, enquanto estes tentavam chamar sua atenção para eles, pois estavam com dúvidas. Isso sugere uma falta de formação, necessária para que intérprete, professores e escola entendam a função/atuação do ILS em sala de aula e, conseqüentemente, no espaço escolar como um todo.

Discussões e considerações finais

Entende-se que a posição que tais sujeitos de pesquisa assumem em sala de aula é fruto de uma série de implicações políticas, de trabalho, de compreensão, entre outras, que ultrapassam seus domínios e, por isso, ILS acabam por exercer tarefas que não estão previstas em sua formação e na sua função na instituição que trabalham. Isso implica em construções e desconstruções relativas à constituição da identidade profissional do intérprete educacional. A partir dos resultados aqui apresentados, percebe-se que a presença do ILS em sala de aula, quando não contemplada na ponderação da escola sobre estratégias de trabalho com alunos surdos ou até mesmo sem se preocupar com a formação continuada desse profissional, resulta em uma carência identificada nas escolas que possuem ILS. Ela pode ser justificada pelo caráter missionário que sustenta parte dos olhares sobre a educação de surdos, bem como a

falta de conhecimento pedagógico que contempla a diferença cultural surda e colabora com um não entendimento sobre o trabalho do ILS em sala de aula.

Referências

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Intérprete de Libras**: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O intérprete educacional de língua de sinais no Ensino Fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, Ana Claudia Baliero; HARRISON, Kathryn Marie Pacheco; CAMPOS, Sandra Regina Leita; TESKE, Ottmar (Orgs.). **Letramento e minorias**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LEITE, Emeli Marques costa. **Os papéis do intérprete de libras na sala de aula inclusiva**. Coleção cultura e diversidade. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC; SEESP, 2004.